



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DO ACRE

ACÓRDÃO Nº:	22/2015
PROCESSO Nº:	2008/81/22154
RECORRENTE:	IND. E COM. DE MADEIRA NOVA CANAÃ LTDA
ADVOGADO:	NÃO CONSTA
RECORRIDA:	FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
PROCURADOR DO ESTADO:	LEANDRO RODRIGUES POSTIGO MAIA
CONSELHEIRA RELATORA:	MARIA JOSÉ DO CARMO MAIA
DATA DE PUBLICAÇÃO:	

E M E N T A

TRIBUTÁRIO. ICMS. REMESSA DE MADEIRAS AO EXTERIOR NÃO COMPROVADA. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO COM ACRÉSCIMOS LEGAIS, INCLUSIVE MULTA PUNITIVA. BENEFÍCIO FISCAL DE PROGRAMA DE SUBSÍDIO HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL – PSH. FATOS GERADORES NÃO CONTEMPLADOS PELO DECRETO ESTADUAL Nº 9.996/2004. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO.

1. A remessa de mercadoria ao exterior é contemplada com a imunidade prevista no art. 155, inciso X, alínea “a” da CF/88, desde que comprovada a efetiva operação, na forma do Convênio ICMS 113/96 – em vigor na época dos fatos (atualmente revogado pelo Convênio ICMS 84/2009).
2. O Decreto Estadual nº 9.996, de 06 de maio de 2004, ao regulamentar o Convênio ICMS nº 26/2003, quanto ao Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social – PSH, somente autorizou a concessão de isenção de ICMS para as operações internas com madeiras adquiridas por órgãos da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias no período de 06 de maio a 18 de outubro de 2004, diante de denúncia ao citado Convênio apresentada pelo Estado do Acre com efeitos a partir de 19.10.2004 (Convênio ICMS nº 84/04).
3. As operações internas praticadas fora do período de vigência do Decreto nº 9.996/2004 estão sujeitas à incidência do ICMS.
4. Recurso Voluntário improvido por unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **IND. E COM. DE MADEIRA NOVA CANAÃ LTDA**, ACORDAM os membros do Conselho de Contribuintes do Estado do Acre, por unanimidade de votos, em negar provimento ao Recurso Voluntário e, via de consequência, manter a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tudo nos termos do voto da Conselheira Relatora, que é parte integrante deste julgado. Participaram do julgamento os Conselheiros a seguir nominados: Israel Monteiro de Souza (Presidente), Maria José do Carmo Maia (Relatora), José Thomaz de Mello Neto, Nabil Ibrahim Chamchoum, Antônio Raimundo Silva de Almeida. Presente o Procurador do Estado Leandro Rodrigues Postigo Maia. Sala de Sessões, Rio Branco, capital do Estado do Acre, 30 de março de 2015.



Israel Monteiro de Souza
Presidente

Maria José do Carmo Maia
Maria José do Carmo Maia
Relatora



Leandro Rodrigues Postigo Maia
Procurador Fiscal



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2008/81/22154 – RECURSO VOLUNTÁRIO
RECORRENTE: Indústria e Comércio de Madeira Nova Canaã LTDA
RECORRIDA: Diretoria de Administração Tributária
PROCURADOR FISCAL: Leandro Rodrigues Postigo Maia
RELATORA: Maria José do Carmo Maia

RELATÓRIO

No presente caso, a contribuinte **IND. E COM. DE MADEIRA NOVA CANAÃ LTDA.**, já qualificada nos autos, interpôs recurso voluntário perante este Conselho de Contribuintes contra a Decisão de nº 0422/2009, da lavra da Diretoria de Administração Tributária, na qual manteve os lançamentos tributários constantes no auto de infração e notificação fiscal de nº 2604/2008, referente à diferença de ICMS apurado no levantamento fiscal realizado através do trabalho de auditoria para o exercício 2008.

A autuação resultou de uma ação fiscal, requisitada pelo Departamento de Gestão da Ação Fiscal, datada de 07/04/2008, visando averiguar a regularização fiscal, contábil e cadastral da requerente. O trabalho consistiu na análise dos livros fiscais de Entradas, Saídas e Apuração do ICMS, em confronto com os Demonstrativos de Apuração Mensal – DAM's, onde se constatou uma diferença de ICMS a recolher em favor da Fazenda Pública.

A recorrente aduz o seguinte:

- a) As transações comerciais realizadas pela empresa ocorreram amparadas por benefícios fiscais legais, quais sejam PSH e exportação indireta;
- b) Alega que as operações proporcionam a empresa Recorrente, a isenção do ICMS;
- c) A empresa não pode ser penalizada, pois não deu causa, que a isenção foi devidamente constatada no parecer emanado pelo relator do processo na primeira instância; mas alguns lançamentos foram mantidos no momento da lavratura do novo auto de infração;

- d) Que as notas não foram aceitas em sua integralidade sob a argumentação de ausência de comprovação da operação de exportação, e que não foi lhe dado oportunidade de sanar a falha;
- e) A recorrente não concorda com os valores apurados pelo agente fiscal, que ao lavrar o referido auto de infração desconsiderou o crédito de entrada da recorrente e ainda tributou notas que estavam discriminadas como PSH e como exportação;
- f) Irresignada, desta forma, a Recorrente interpõe recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, com o objetivo de anular o lançamento, e reformar a decisão de 1º grau, fundando-se nos argumentos supracitados;

Por fim, apresenta os seguintes pedidos:

- I) A concessão de prazo para anexar aos autos os documentos faltantes das notas fiscais referentes a exportação;
- II) A suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme previsão legal;
- III) O reconhecimento da isenção do recolhimento dos impostos em tese, anulando o auto de infração;
- IV) A realização de perícia contábil, para apurar o valor devido do imposto,
- V) Alternativamente, caso seja indeferido os pleitos acima expostos, requer o abatimento do valor da multa, permanecendo assim apenas a diferença do imposto não recolhido.

Na forma do disposto no Regimento Interno deste Conselho, o Representante da Fazenda Estadual, na pessoa do Procurador Leandro Rodrigues Postigo Maia, por intermédio do Parecer de nº 84/2010, rebateu as alegações da recorrente, opinando pela improcedência do recurso voluntário, com fundamento no artigo 30 do Decreto Estadual n. 462/1987, bem como nas disposições do Convênio ICMS 113/96, notadamente na sua cláusula sexta.

Assim, o douto Procurador Fiscal fundamenta seu parecer nos seguintes pontos:

- I) O contribuinte em sua defesa deverá alegar de uma só vez e por escrito toda a

matéria que julgar pertinente, indicando ou requerendo as provas que pretenda produzir e juntando, desde logo, as que constarem de documentos, conforme inteligência do art. 30 do Decreto Estadual n. 462/87.

II) No que se refere ao pedido de perícia, destaca que a prova pericial solicitada pouco acrescentaria ao desfecho da controvérsia, tendo em vista que a exportação indireta deverá ser comprovada no prazo impreterível de 90(noventa dias);

III) A Constituição Federal estabeleceu a não- incidência do ICMS sobre operações relativas a circulação de mercadorias destinadas à exportação em seu art. 155, § 2º, inciso X, alínea "a", desde que, devidamente comprovada no prazo estabelecido, sob pena de descaracterizar a exportação indireta e não seja reconhecido o benefício fiscal para o estabelecimento remetente;

IV) O parágrafo primeiro da cláusula sexta do CONVÊNIO ICMS Nº 113/96, prevê que o estabelecimento remetente deverá comprovar a exportação do produto no prazo de 90 (noventa) dias, e no caso da não efetivação da exportação este ficará obrigado ao recolhimento do imposto devido, atualizado, com acréscimos legais e inclusive multa.

Desta forma, subiram estes autos a este Conselho de Contribuintes, sendo distribuído a esta signatária.

É o relatório. Portanto, solicito inclusão em pauta para julgamento.

Rio Branco – AC, 19 de fevereiro de 2015.

Maria José do Carmo Maia
MARIA JOSÉ DO CARMO MAIA
RELATORA



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2008/81/22154 – RECURSO VOLUNTÁRIO
RECORRENTE : IND. E COM. DE MADEIRA NOVA CANAA LTDA
RECORRIDA : Diretoria de Administração Tributária
PROCURADOR FISCAL: Leandro Rodrigues Postigo Maia
RELATORA : Cons. Maria José do Carmo Maia

VOTO DA RELATORA

Trata o presente de recurso voluntário interposto pela contribuinte INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRA NOVA CANAÃ LTDA, já qualificada nos autos contra a Decisão de nº 0422/2009, da lavra da Diretoria de Administração Tributária, na qual julgou parcialmente procedente o lançamento tributário constante no auto de infração e notificação fiscal de nº 02.604/2008, referente a diferença do ICMS apurado por levantamento fiscal, exercício de 2008.

Em sua defesa, o contribuinte juntou comprovantes de exportação das operações realizadas (fls. 12/148) e cópias das Notas fiscais emitidas para o Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social constante às fls. 152/213. Em sede de réplica fiscal (fls. 214/218), os auditores manifestaram pela exclusão das notas referentes ao Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social – PSH, bem como as operações com mercadorias destinadas ao exterior devidamente comprovadas nos autos, entendimento esse que foi integralmente acolhido pela Diretoria de Administração Tributária, em julgamento de primeira instância (fls. 253/255).

Inicialmente passo a analisar as operações com fim específico de exportação:

A imunidade das operações com mercadorias destinadas ao exterior é reconhecida na forma do art. 155, inciso X, alínea “a”, da Constituição Federal, *in verbis*:

“Art. 155 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

X – não incidirá:

a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e

prestações anteriores" (Constituição Federal de 1988, com nova redação dada pela EC nº 42/2003).

Tal dispositivo constitucional é repetido no art. 3º, inciso II da Lei Complementar Federal nº 87/96 e no art. 3º, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 55/97.

Assim, para fazer jus ao benefício da imunidade tributária é necessário que o contribuinte comprove a efetiva remessa de mercadorias ao exterior na forma disciplinada pelo Convênio ICMS nº 113/96 que dispõe sobre as operações de saída de mercadorias realizada com o fim específico de exportação, caso contrário é devido o ICMS com os acréscimos legais, conforme determinação da Cláusula Sexta do referido diploma legal, *in verbis*:

Cláusula sexta. O estabelecimento remetente ficará obrigado ao recolhimento do imposto devido, monetariamente atualizado, sujeitando-se aos acréscimos legais, inclusive multa, segundo a legislação estadual, nos casos em que não se efetivar a exportação:

I – após decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de saída da mercadoria do seu estabelecimento;

II - (...)

III - (...)

§ 1º **Em relação a produtos primários e semi-elaborados, o prazo de que trata o inciso I, será de 90 (noventa) dias**, exceto quanto aos produtos classificados no código 2401 da NBM/SH em que o prazo poderá ser de 180 (cento e oitenta) dias, a critério do Fisco do Estado do remetente. (destaque nosso)

Cumpre-me, ainda, registrar que a saída de mercadorias com o fim específico de exportação é prevista com a suspensão do lançamento do ICMS, tendo o contribuinte o prazo legal de 90 (noventa) dias para produtos primários e semi-elaborados e de 180 (cento e oitenta) dias para produtos industrializados, para a comprovação da efetiva remessa ao exterior, para fazer jus ao benefício constitucional da imunidade tributária destas operações, visando, assim, a desoneração tributária. Não cumprindo tais exigências, é devido o tributo com os acréscimos legais, conforme mandamento do supracitado diploma legal.

Quanto as demais notas fiscais de exportação tributadas pelo fisco não foram juntados documentos comprobatórios da efetiva remessa ao exterior, nestes autos e, assim, a mesma está obrigada ao recolhimento do imposto devido, monetariamente atualizado, sujeitando-se ainda aos acréscimos legais e penalidades cabíveis, conforme explicitado acima, por não comprovar a efetiva remessa para o exterior, não fazendo, assim, jus ao benefício constitucional da imunidade tributária por descumprimento das exigências legais, conforme mandamento da cláusula sexta, do Convênio ICMS n. 113/96, vigente à época dos fatos.

Nesta linha de entendimento, é o posicionamento consolidado dos Conselhos de Contribuintes dos Estados de Rondônia e Minas Gerais, cujas ementas transcrevemos abaixo:

“PROCESSO : 04-017126-3
RECURSO : DE OFÍCIO Nº 656/01
ACÓRDÃO : Nº 286/06/2ª CÂMARA/TATE
EMENTA: ICMS – MADEIRAS – EXPORTAÇÃO – FALTA DE COMPROVAÇÃO – OCORRÊNCIA – Exportação não comprovada, sujeita ao contribuinte ao recolhimento do imposto e respectiva multa prevista para espécie nos termos da legislação pertinente. Infração fiscal não ilidida pela Recorrente em face das divergências entre a operação realizada e os documentos apresentados como prova de exportação. Ação fiscal procedente. Recurso de ofício Desprovido. Decisão Unânime.” (Acórdão nº 286/06 da 2ª Câmara do Tribunal Administrativo de Tributos Estaduais de Rondônia) – destacamos.

“(…)
ICMS – FALTA DE RECOLHIMENTO – DESCARACTERIZAÇÃO DE REMESSAS COM O FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO. Constatada a não comprovação da efetiva exportação de mercadorias remetidas com o fim específico de exportação, pelo que foram descaracterizadas. Corretas as exigências de ICMS e multa de revalidação. Lançamento procedente. Decisão unânime.” (Acórdão de nº 18.944/09 da 3ª Câmara do Conselho de Contribuintes do Estado de Minas Gerais, Relator: Conselheiro René de Oliveira e Sousa Júnior, julgado em: 17/02/2009 e publicado no DOE em 07/03/2009) – grifos nossos.

Em seguida analiso as operações do Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social – PSH.

O programa foi instituído pelo Decreto Estadual nº 9.996 de 06 de maio de 2004, que ratificou e incorporou à legislação do Estado do Acre o Convênio ICMS nº 26, de 04 de abril de 2003, concedendo isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos da administração pública Estadual Direta e suas fundações e autarquias. Convém ressaltar que o Estado do Acre foi excluído do Convênio ICMS nº 26/03 com efeitos a partir de 19.10.2004, perdendo o referido Decreto validade para acobertar as operações realizadas no exercício de 2008.

A autuação fiscal reporta-se as operações internas, interestaduais e de exportação não comprovadas referente ao exercício de 2008, contudo, verifico a inexistência de documentação comprobatória da efetiva remessa de madeira ao exterior, pois a documentação colacionada se refere a períodos de 2004 a 2007, não comprovando as operações descritas na

planilha de apuração de constituição do presente auto de infração que é relativo ao ano de 2008.

No que diz respeito a multa aplicada pelas autoridades fiscais no momento da lavratura do Auto de Infração nº 02.604/2008, trata-se da multa legalmente prevista para o caso, na forma do artigo 61, inciso III, alínea "a", item "1" c/c artigo 62, inciso "I" e artigo 62 – A e seus parágrafos da Lei Complementar 55/97, alterada pela LC nº 113/02. Ademais, o descumprimento de uma obrigação principal faz nascer uma penalidade correspondente de caráter pecuniário, e por ser atividade vinculada, na forma do parágrafo único do artigo 142 do Código Tributário Nacional, os agentes fiscais não poderiam dar tratamento diverso para o caso em análise.

Quanto a alegação do contribuinte que os auditores autuantes desconsideraram o crédito das entradas da recorrente, esta não deve prosperar, considerando que na réplica constante às folhas 214/218 do processo, o lançamento de ofício respeitou o princípio constitucional da não-cumulatividade levando-se em conta os créditos a que a requerente fez jus no ato da apuração do ICMS, inclusive, os benefícios do COPIAI.

Com relação ao pedido de concessão de prazo para juntar aos autos os documentos faltantes das notas fiscais referentes a exportação; temos a dizer que razão não assiste a recorrente, tendo em vista que o contribuinte em sua defesa deverá alegar de uma só vez e por escrito toda a matéria que julgar pertinente, indicando ou requerendo as provas que pretenda produzir e juntando, desde logo, as que constarem de documentos, conforme inteligência do art. 30 do Decreto Estadual n. 462/87.

Com essas considerações, nego provimento ao Recurso Voluntário do contribuinte; e via de consequência mantenho a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos.

É como voto.

Sala de Sessões, 25 de março de 2015.

Maria José do Carmo Maia
MARIA JOSÉ DO CARMO MAIA
RELATORA